


O patrimônio de Brasília para além do Plano Piloto: documentação e valores de preservação


Daniela Pereira Barbosa

Doutora em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília (UnB), Brasília,
Distrito Federal

 <https://orcid.org/0000-0002-9685-7417>
E-mail: barbosa.dnl@gmail.com

Maria Fernanda Derntl

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal

 <https://orcid.org/0000-0003-3682-8451>
E-mail: mariafernanda_d@yahoo.com.br

Resumo: O artigo analisa uma documentação relativa a bens patrimoniais em Brasília localizados à distância do seu núcleo original, o Plano Piloto. Esse patrimônio é formado por equipamentos públicos de apoio à religião, educação, saúde e cultura: Catetinho, Museu Histórico e Artístico de Planaltina, Igreja São Sebastião de Planaltina, Pedra Fundamental de Planaltina, Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, Relógio de Taguatinga, Igreja São Geraldo, Centro de Ensino Metropolitana, Igreja São José Operário, Casa da Fazenda Gama, Caixa d'Água da Ceilândia e Escola Industrial de Taguatinga. A fonte primária de análise é uma série de documentos, os *dossiês de tombamento*, elaborados pela Secretaria de Cultura do Distrito Federal. Tendo como objetivo discutir a fundamentação desses processos de tombamento, investigamos, a partir dos dossiês, como a documentação tende a reafirmar ou complementar a noção de patrimônio estabelecida pelo Plano Piloto, ainda que inserindo no discurso particularidades e necessidades locais.

251

Palavras-chave: Patrimônio; Brasília; Cidades-satélites; Documentação

The cultural heritage of Brasilia beyond the *Plano Piloto*: documentation and values of preservation

Abstract: The article seeks to analyze archives related to the cultural heritage of Brasilia located at distance from its original core, the *Plano Piloto*. This heritage comprises public equipments related to religion, education, health and culture: *Catetinho*, *Planaltina* Historical and Artistic Museum, *São Sebastião de Planaltina* Church, *Pedra Fundamental* of Planaltina, *Juscelino Kubitschek de Oliveira* Hospital, *Taguatinga* Clock Tower, *São Geraldo* Church, School of *Metropolitana*, *São José Operário* Church, Farm House of *Gama*, Water Tank of *Ceilândia* and *Taguatinga* Industrial School. The primary source of analysis is a series of documents prepared by the Secretariat of Culture of the Federal District. With the purpose of discussing the grounds for these heritage processes, we investigated, based on the dossiers, how the documentation tends to reaffirm or complement the notion of heritage established by the *Plano Piloto*, nonetheless inserting local particularities and needs in the discourse.

Keywords: Heritage; Brasilia; Satellite-Towns; Documentation

Texto recebido em: 10/12/2021

Texto aprovado em: 09/06/2022

Introdução e problemática

Este trabalho busca apresentar e discutir processos patrimoniais em Brasília referentes a bens localizados a certa distância do Plano Piloto, núcleo central projetado por Lucio Costa em 1956-1957. Tal conjunto urbano, de alto valor simbólico, foi o primeiro sítio moderno a ser reconhecido como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1987.

O Plano Piloto de Brasília é tema recorrente em pesquisas e discussões sobre patrimônio. Alguns trabalhos, como os de Carlos Reis (2018) e Sylvia Ficher (2018), avançaram na análise acerca dos desafios e indefinições que marcaram as práticas de proteção de Brasília, em especial quanto à relação entre a área tombada do Plano Piloto e as dinâmicas socioculturais existentes no território. Os autores também discutem as disparidades sociais e econômicas no Distrito Federal, assinalando a importância de observar o dinamismo da capital do país e as relações de interdependência entre a área tombada e os demais núcleos satélites.

Já outras pesquisas, como as de Sandra Ribeiro (2005), Karina Ramos (2005) e Thiago Perpétuo (2015), analisam o processo de preservação de Brasília a partir de uma perspectiva historiográfica, e apontam como o projeto original de Lucio Costa acabou por nortear as políticas de preservação da cidade. Para esses autores, o discurso de ameaça de descaracterização de Brasília e a ideia da urgência de proteção dos seus princípios fundadores motivaram políticas que valorizaram a representação simbólica do Plano Piloto. Um tópico importante nessa discussão é que, conforme concluiu Perpétuo (2015), três narrativas que deram sentido a discursos preservacionistas em Brasília sobressaíram: (1) uma suposta pré-existência da capital como um anseio histórico da nação, (2) o período da construção da cidade como uma aventura heroica e (3) a cidade como expressão máxima do modernismo.

A maior parte dos trabalhos no campo do patrimônio de Brasília tende a concentrar-se no Plano Piloto e nas propostas e modelos de proteção que regem aquele conjunto urbano central, contribuindo para um debate sempre atualizado. Esta análise, por sua vez, enfoca majoritariamente bens que estão fora do circuito monumental da capital do país, o que amplia as possibilidades de leitura das representações sobre a cidade. O propósito foi investigar o patrimônio cultural de

Brasília sob perspectivas que considerassem representações outras que não apenas a da cidade modernista derivada do projeto de Lucio Costa.

A fonte direta de análise é uma série de documentos elaborados entre 1959 e 2014, que formam os *dossiês de tombamento*. Trata-se de material de origem e formulação diversa, organizado por profissionais da Secretaria de Cultura do Distrito Federal e cuja finalidade era justificar os tombamentos em questão.



1. Catetinho
2. Museu Histórico e Artístico de Planaltina
3. Igreja São Sebastião de Planaltina
4. Pedra Fundamental de Planaltina
5. Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO
6. Relógio de Taguatinga

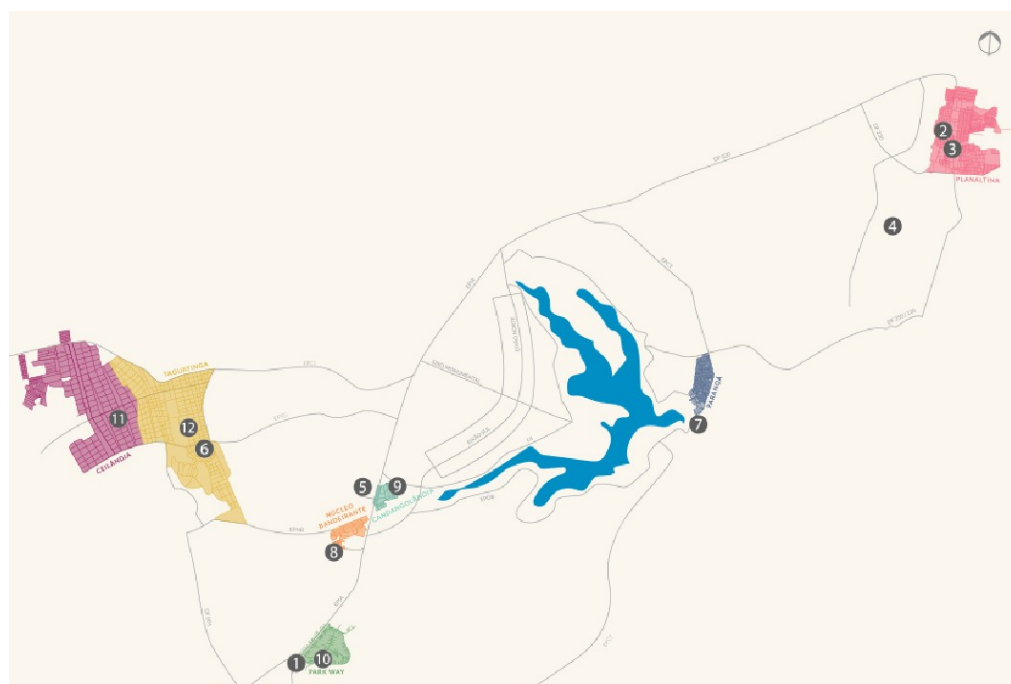
7. Igreja São Geraldo no Paranoá
8. Centro de Ensino Metropolitana
9. Igreja São José Operário na Candangolândia
10. Casa da Fazenda Gama
11. Caixa d'Água da Ceilândia
12. Centro de Ensino Médio – EIT/CEMEIT e Centro Cultural Teatro da Praça de Taguatinga

Fonte: Autoras, 2021.

FIGURA 1 Os bens tomados

O primeiro tombamento da série em análise, o do Catetinho, ocorreu em nível federal, ainda em 1959, pelo Iphan – então denominado DPHAN. O Distrito Federal, por sua vez, reconheceu o Catetinho como patrimônio distrital em 1991. Décadas após o tombamento federal do Catetinho, em 1959, foram tombados localmente o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, a Igreja São Sebastião de Planaltina e a Pedra Fundamental de Planaltina, todos no mesmo ano de 1982. Em seguida, vieram os tombamentos do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), em 1985; do Relógio de Taguatinga, em 1989; da Igreja São Geraldo no Paranoá, em

1993; do Centro de Ensino Metropolitana em 1995; da Igreja São José Operário na Candangolândia em 1998; da Casa da Fazenda Gama, em 2006; da Caixa d'Água da Ceilândia, em 2013; e, por fim, do Centro de Ensino Médio (EIT/CEMEIT) e Centro Cultural Teatro da Praça de Taguatinga – originalmente denominada Escola Industrial de Taguatinga (EIT), nomenclatura predominante em seu dossiê de tombamento e aqui adotada –, em 2014.¹ Tais bens tombados compreendem equipamentos públicos de assistência à educação, à saúde e à religião, assim como elementos da infraestrutura urbana e um marco comemorativo anterior à construção de Brasília, que é a Pedra Fundamental de Planaltina. Entre 2014 – ano do tombamento da EIT – e a finalização desta pesquisa não houve novos tombamentos para além do Plano Piloto de Brasília.



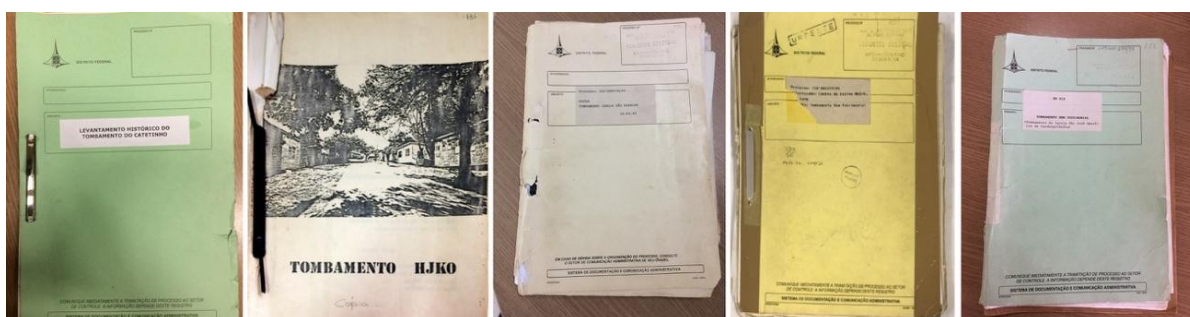
- | | |
|---|---|
| 1. Catetinho | 7. Igreja São Geraldo no Paranoá |
| 2. Museu Histórico e Artístico de Planaltina | 8. Centro de Ensino Metropolitana |
| 3. Igreja São Sebastião de Planaltina | 9. Igreja São José Operário na Candangolândia |
| 4. Pedra Fundamental de Planaltina | 10. Casa da Fazenda Gama |
| 5. Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO | 11. Caixa d'Água da Ceilândia |
| 6. Relógio de Taguatinga | 12. Centro de Ensino Médio – EIT/CEMEIT e Centro Cultural Teatro da Praça de Taguatinga |

Fonte: Daniela Barbosa, com a colaboração de Camila Veras e Sofia Ruiz, 2021.

FIGURA 2 **Localização dos bens no Distrito Federal**

São, no total, doze bens tombados, cada qual possuindo o seu próprio dossiê. Diante da diversidade dos documentos contidos em cada dossiê e das

possibilidades de investigação que podem suscitar, privilegamos a análise dos registros documentais que aludem aos discursos, motivações, justificativas e argumentos mobilizados para o tombamento dos bens. Assim, alguns documentos mostraram-se mais relevantes do que outros, já que o pesquisador “é capaz de estabelecer uma maior ou menor importância de cada arquivo a partir de seu objeto de pesquisa, seus interesses e questionamentos” (BACELLAR, 2005, p. 25).



Fonte: Daniela Barbosa, 2018-2021

FIGURA 3
Exemplo de capas de dossiê analisados

A análise documental, que guiou o método da pesquisa, envolveu leitura, coleta de dados e apreciação crítica do discurso preservacionista expresso nos arquivos. Esse processo analítico permitiu a identificação de tópicos para guiar a discussão, e, com apoio da bibliografia, a condução da análise foi definida a partir de questões que emergiram dos próprios dossiês. A pesquisa, assim, privilegiou uma análise dos documentos não pela linearidade e sequencialidade da informação, mas pelos embates, recorrências e pontos mais significativos identificados nas fontes. Ao trazer ao debate esse acervo, até então ainda pouco explorado, apontamos as justificativas e tomadas de decisões ali evidenciadas, em um esforço por contribuir para o entendimento do modo como se constituiu o patrimônio cultural de Brasília para além do Plano Piloto.

Os dossiês de tombamento em análise: embates, discursos e justificativas

As narrativas expressas nos dossiês tinham como propósito principal justificar os tombamentos, atribuindo valores patrimoniais aos bens em questão. Dentre as narrativas, duas delas sobressaíram e serão discutidas neste trabalho: a valorização dos antecedentes de Brasília e a glorificação do trabalhador da construção da cidade, o denominado *candango*. A mobilização dessas representações em discursos patrimoniais está em sintonia com imagens já associadas à Brasília, conforme discutiu o trabalho de Perpétuo (2015). Segundo o autor, além da valorização de Brasília como expressão máxima do modernismo, as justificativas para a proteção da cidade, ao longo dos anos, incorporaram ao seu discurso os antecedentes da cidade e a ideia de que a sua construção teria sido uma aventura de contornos heroicos.

Assim, conforme veremos ao longo desta análise, o discurso que guiou a proteção de bens localizados para além do Plano Piloto buscou reforçar ou complementar aspectos da imagem monumental de Brasília, ainda que o processo de patrimonialização dos referidos bens tenha tido como enfoque elementos para além daquele núcleo central.

Os antecedentes de Brasília no discurso preservacionista: Catetinho, Planaltina e Casa da Fazenda Gama

Brasília foi construída a partir de 1956 e inaugurada em 21 de abril de 1960 no governo de Juscelino Kubitschek, substituindo o Rio de Janeiro como sede da república. Conforme aponta a pesquisa de Laurent Vidal (2009), o governo JK tinha o intuito de ressaltar a urgência da transferência da capital para o centro do país e, para tanto, um dos tópicos de seu discurso foi a ideia de que o Planalto Central seria desprovido de civilização e, por isso, precisava ser ocupado. Na esteira desse debate, Lauro Cavalcanti (2002) ressalta que a ideia da transferência da capital do litoral para o interior ganhou grande importância na década de 1950 e fez parte de uma estratégia do governo JK para solucionar a desigual ocupação dos territórios do país. Esse mesmo discurso encontrou espaço no primeiro tombamento de Brasília, o do Catetinho, em 1959, o qual reforçou o sentido de desbravamento da região, apoiando-se principalmente na noção de que a edificação seria pioneira na área destinada a Brasília.

O Catetinho, construído em madeira para ser um ponto de apoio provisório para os atos de Juscelino Kubitschek, foi tombado a pedido do próprio JK a fim de preservar um dos símbolos da construção da cidade. Ao formular os valores da edificação, o DPHAN inseriu o Catetinho naquele tópico do discurso oficial do Governo JK, ou seja, exaltou a transferência da capital e os envolvidos no processo. Conforme a transcrição do pronunciamento do então diretor do órgão Rodrigo Melo Franco de Andrade na cerimônia de tombamento, anexada ao dossiê do Catetinho:

O ato singelo que se realiza aqui, neste momento, tem uma significação cívica muito importante. O pensamento que o inspirou foi de preservar, para os brasileiros de amanhã, a primeira edificação em que o Chefe do Estado começou a exercer, no sítio escolhido para a nova capital do país, as atribuições do poder executivo da União (DISTRITO FEDERAL, 1991, s/p).

A documentação também reforça que a construção do Catetinho teria se dado em meio a dificuldades de acesso ao local, em um discurso que agrega um tom de aventura. Isso se mostra em um documento elaborado pelo DPHAN, que privilegia uma narrativa sobre a superação de dificuldades e ressalta as vitórias dos participantes na ação, pois

[c]ertos de que trabalhavam em zona perigosa, perdida bem no meio do Brasil, [as pessoas que participaram da construção do Catetinho] muniram-se preventivamente do indispensável em casos de emergência. Importava, todavia, sem sacrifício grave para ninguém, continuar a obra começada (DISTRITO FEDERAL, 1991, s/p).

No trecho citado há menção a perigos relativos a um ambiente inóspito, “perdido bem no meio do Brasil”, o que remete a uma narrativa alusiva ao desbravamento do Planalto Central, reforçando uma suposta ausência demográfica ou cultural na região. A ideia desse vazio civilizatório é uma tônica no documento, pois em outro trecho, assinala-se que, “como naquela região não existissem recursos de espécie nenhuma, organizou-se uma caravana de caminhões que partiu do interior de Minas Gerais conduzindo material, pessoal e abastecimento” (DISTRITO FEDERAL, 1991, s/p).

Ao contrário do que propagaram discursos políticos da época, no entanto, o local destinado à nova capital não era simplesmente desprovido de civilização, pois lá havia fazendas e pequenas cidades pertencentes ao estado de Goiás. Alguns desses espaços, muitos dos quais com construções centenárias, foram incorporados

ao Distrito Federal com a transferência da capital, sendo que alguns exemplares foram reconhecidos como patrimônio do Distrito Federal. Na antiga cidade goiana de Planaltina houve o tombamento da Igreja São Sebastião, do Museu Histórico e Artístico e da Pedra Fundamental, todos no mesmo ano de 1982. Enquanto a Igreja e o Museu são construções centenárias localizadas no Setor Tradicional de Planaltina, a Pedra Fundamental é um obelisco inaugurado nos arredores do núcleo em 1922 para delimitar o local da futura capital do país. Anos após esses primeiros tombamentos, em 2006, tombou-se a Casa da Fazenda Gama, uma antiga sede de fazenda localizada atualmente nas dependências do Brasília Country Club, um clube recreativo.

Os tombamentos desses bens, em grande medida, buscaram reforçar outra imagem bastante associada a Brasília, a de que a nova capital estaria predestinada a ser construída no Planalto Central. Para Pedro Paulo Palazzo (2015), eventos como as Missões Cruls – ocorridas entre 1892 e 1894 com a finalidade de estudar a área destinada à futura nova capital do país – e o próprio lançamento da Pedra Fundamental em 1922 teriam sido referência para que a história da região passasse a ser, mais tarde, sintonizada com a construção de Brasília. Contudo, evocações ao Planalto Central na historiografia da nova capital tendem a limitar a região à função de subsidiária de Brasília, conforme discutem Noé Sandes e Luiz Ricardo Magalhães (2017).

Nos dossiês de tombamento daqueles bens, antes situados em terras goianas, verifica-se apelo a uma ancestralidade do Planalto Central, que é retomada e valorizada como parte da história de Brasília, exaltando-se o auxílio que teria sido prestado por moradores da região em prol da transferência da capital. Isso se mostra no dossiê do Museu Histórico e Artístico de Planaltina: num documento intitulado *Preservação de uma casa com gosto de história*, alega-se que o casarão que deu origem ao museu “sempre teve suas portas abertas às caravanas e comissões que se dirigiam ao planalto buscando a concretização da mudança da capital” (DISTRITO FEDERAL, 1982a, s/p). O mesmo documento detalha quais comissões seriam essas e reforça o valor de memória do casarão por ter recebido missões – em épocas distintas – que tiveram como propósito demarcar ou indicar a região da futura sede da capital do país. Conforme o documento,

a comunidade de Planaltina recebe os integrantes da Missão Cruls, o engenheiro Ernesto Balduino de Almeida e sua comitiva, a Comissão Poly Coelho, a Comissão José Pessoa, cada vez que visita o seu

museu histórico; esta lembrança devolve a todos eles o respeito pela coragem, pela capacidade de suas decisões, pela hospitalidade. É a exaltação dos fatos de maior expressão histórica da região e da cidade (DISTRITO FEDERAL, 1982a, s/p).

Ao referir ao modo como a comunidade de Planaltina presta homenagem àqueles eventos, o documento constrói uma narrativa articuladora de ligações entre o passado e o presente do núcleo, reforçando que a população local teria consciência e orgulho da importância de Planaltina para a concretização de Brasília. Nesse sentido, nota-se um esforço em dotar Planaltina de um passado honroso, contrapondo-se à visão corrente de que a região seria simplesmente vazia e desocupada antes da construção de Brasília.

De modo análogo, o dossiê da Igreja São Sebastião de Planaltina mobiliza uma memória recente e nostálgica de tradições regionais que estariam em declínio. Um documento intitulado *Histórico* retrata um passado saudoso e em vias de se perder, mas ainda presente na lembrança da população idosa, que, quando questionada,

[r]e lembra com melancolia tempos em que a antiga matriz era largamente utilizada como espaço onde se desenrolavam as festividades do Divino Espírito Santo, novenas tradicionais, casamentos, batizados, pagamentos de promessas, fatos que revelam uma face da evolução deste núcleo social, desde a sua criação. (DISTRITO FEDERAL, 1982b, s/p)

O documento apresenta uma narrativa pautada na ideia de que tais tradições, ainda que remontassem a tempos longínquos, teriam se mantido centrais na sociedade, embora integrassem principalmente a memória da população idosa. Essa perspectiva se alinha ao que o pesquisador José Reginaldo Gonçalves (2002) sintetizou na expressão “retórica da perda”, para se referir ao tombamento como um esforço de preservar algo importante para a memória de uma comunidade devido ao risco de desaparecimento. O lamento pela perda, segundo o autor, não é um componente externo ao discurso, mas “algo que coexiste com o esforço da preservação” (GONÇALVES, 2002, p. 25). O dossiê de tombamento da Igreja São Sebastião, nessa ótica, recorre ao perigo da perda de uma memória como discurso retórico para legitimar a preservação do templo.

Já o dossiê de tombamento da Pedra Fundamental de Planaltina se esforça por ressaltar a sintonia entre as histórias de Planaltina e de Brasília, pautando-se principalmente no evento do lançamento da Pedra, em 1922. O dossiê recupera

esse episódio e exalta os personagens envolvidos, valorizando Planaltina como depositária de um passado que teria dado suporte para a concretização de Brasília. É nesse sentido que o documento *Pedra Fundamental da Futura Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil* destaca as ações do engenheiro Balduino de Almeida, líder da comitiva. As dificuldades enfrentadas pelos participantes aparecem no documento como uma aventura, pois descrições como “trechos de enormes sacrifícios” e “rampas e aclives difíceis de vencer” compõem a narrativa. (DISTRITO FEDERAL, 1982c)

Contudo, ainda que o documento aponte a existência de uma ocupação anterior à Brasília na região, ela aparece como atrasada ou insuficiente, o que corrobora a noção de urgência da transferência da capital. Conforme o mesmo documento, os moradores de Planaltina teriam ficado assustados com os veículos da comissão de Balduino, tendo apelidado os “Ford-bigode” de “bichos pretos”, que eram descritos como “carro que corre sem boi, fazendo um barulho dos infernos e esconjurado pelos moradores assustados”. (DISTRITO FEDERAL, 1982c)

Os tombamentos realizados em Planaltina se deram em 1982, como parte de providências definidas pelo Governador José Ornellas para preservar a memória histórica e cultural do Distrito Federal, conforme o dossiê da Pedra Fundamental (DISTRITO FEDERAL, 1982c). Anos mais tarde, em 2006 e em semelhança com o discurso observado nos dossiês dos bens de Planaltina, o tombamento da Casa da Fazenda Gama buscou reforçar o apoio dado por anteriores moradores do Planalto Central para o processo de concretização da nova capital. Isso se mostra no documento que registrou o pedido de tombamento, de autoria da diretoria do Brasília Country Club, que recupera e exalta o reconhecimento de Brasília como Patrimônio Mundial pela UNESCO, em 1987, mas inserindo a Casa da Fazenda Gama no discurso preservacionista:

[s]e Brasília, na vanguarda e ousadia de sua proposta urbanística, arquitetônica e de estratégia geopolítica, foi consagrada como patrimônio histórico nacional e mundial, esse *status* se pauta não só nas imagens modernistas que frequentaram as Antologias da Arquitetura e do Urbanismo Mundial à época de sua construção, mas em todo o contexto cultural que forneceu cenário e suporte à sua realização. Nesse cenário incluem-se as antigas fazendas existentes na região, os núcleos urbanos pré-existent no território onde se delimitou o Distrito Federal, o patrimônio arqueológico, o próprio patrimônio natural. (DISTRITO FEDERAL, 2006, s/p)

O texto considera que Brasília apenas pôde existir e se tornar um patrimônio mundial consagrado graças ao “contexto cultural que forneceu cenário e suporte à sua realização”, sugerindo que a cidade não havia sido construída de forma isolada de seu entorno regional.

Com o intuito de reforçar a representação da Casa da Fazenda Gama nesse cenário, o documento reitera a importância de manifestações e referências que existiam no território anteriormente à construção de Brasília. Para tanto, recupera e valoriza os tombamentos que haviam sido efetuados em Planaltina em 1982, indicando como a Casa da Fazenda Gama se somaria àquele reconhecimento já iniciado. De acordo com o mesmo documento, “o Governo do Distrito Federal já reconheceu parte deste contexto quando dos tombamentos, em Planaltina, da igreja de São Sebastião, do Museu e da Pedra Fundamental” (DISTRITO FEDERAL, 2006, s/p). Assim, o tombamento da Casa da Fazenda Gama integraria um trabalho em curso, por parte do Governo do Distrito Federal, de valorização dos marcos regionais representativos em torno do processo de implantação de Brasília. Destaca-se ainda que o tombamento da Casa da Fazenda Gama foi solicitado pelo Brasília Country Club, o que revela seus interesses no processo, pois, para o clube, ter uma edificação tombada em seu terreno seria um atrativo turístico e um elemento de valorização. A Casa da Fazenda Gama, atualmente, é um museu.

Outro ponto que chama a atenção no dossiê de tombamento da Casa da Fazenda Gama é a descrição da experiência de Juscelino Kubitschek quando se hospedou no local, ainda em 1956. Nesse discurso, o ex-presidente é retratado como um homem idealista e sonhador, conforme se mostra no documento *Tombamento da Casa da Fazenda Gama*:

[a]o sentar-se num tronco de árvore, nas proximidades da Casa Velha, o Presidente JK, num registro do seu testemunho para a história, pronunciou a frase: ‘Deste Planalto Central, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu País e antevejo esta alvorada com uma confiança sem limites no seu grande destino’. (DISTRITO FEDERAL, 2006, s/p)

Essa célebre frase atribuída a Juscelino Kubitschek, atualmente, estampa o Museu da Cidade, um monumento que se destaca na Praça dos Três Poderes. Nota-se como o dossiê constrói uma narrativa que atribui essa frase a uma iluminação súbita, sugerindo que JK teria sido positivamente influenciado pelo ambiente da Casa da Fazenda Gama. Assim, esse trecho agrega ao discurso patrimonial da Casa

uma imagem relativa à determinação pessoal do então presidente para a construção de Brasília, dando ênfase à uma história personalista.

O fato de o ex-presidente ter se hospedado no recinto foi uma justificativa que guiou a atribuição de valor ao local. A Casa dispunha de localização privilegiada na região, pois era próxima ao aeroporto provisório e apresentou condições favoráveis para servir de ponto de apoio inicial para JK (MOREIRA DA SILVA, 2010). Um memorando anexado ao dossiê, porém, vai além dos requisitos práticos para a escolha do local ao descrever a hospedagem do então presidente como um importante marco simbólico da transferência da capital:

Registramos, por oportuno, que a Casa da Fazenda Gama hospedou a comitiva do Presidente Juscelino Kubitschek, quando de sua primeira visita ao Planalto Central, ocorrida em 2 de outubro de 1956, representando, simbolicamente, o marco da transferência da Capital Federal para Brasília. (DISTRITO FEDERAL, 2006, s/p)

Nota-se que, além desse, outros dossiês de tombamento também buscaram contribuir para criar uma narrativa sobre as origens simbólicas de Brasília, mesmo que a partir de diferentes abordagens. O discurso de tombamento do Catetinho em 1959 considerou a precedência daquela edificação em Brasília como sede do governo e, portanto, marco simbólico da construção da cidade, conforme vimos. Do mesmo modo, o pronunciamento do então governador José Ornellas na ocasião do tombamento da Pedra Fundamental de Planaltina em 1982, cuja transcrição está anexada ao dossiê, assinalou que “de certo modo, sobre esta Pedra, se edificou uma cidade”. (DISTRITO FEDERAL, 1982c, s/p)

A mobilização da ideia de um marco inaugural de Brasília em diferentes dossiês, contudo, não formou discursos concorrentes nem contrastantes, mas, sim, complementares. Em diferentes momentos, buscou-se mostrar como foi possível avançar em direção à implementação da nova capital, em narrativas que tendem a reforçar o papel dos bens tombados para a concretização de Brasília.

O “candango” e seu patrimônio cultural: anteriores acampamentos de obras e cidades satélites

A construção de Brasília impôs nova organização ao território do Distrito Federal. Em 1956, com o início da construção da capital, implantaram-se núcleos de apoio e acampamentos ao redor do imenso canteiro de obras principal, que

abrigavam trabalhadores vindos de várias regiões do país. Em 1960, com Brasília inaugurada, esses espaços foram considerados ilegais, e os sucessivos governos, tanto civis quanto militares, trabalharam no sentido de eliminá-los e remover seus habitantes para núcleos satélites. No entanto, conforme David Epstein (1973), o sistema ineficiente de remoção de pessoas, a chegada de novos migrantes e o apego da população àqueles locais fez com que anteriores acampamentos resistissem ao desmonte, embora tenha havido êxito governamental em diminuí-los e controlar sua expansão. Similarmente, Sandra Zarur (1991) e Gustavo Ribeiro (2009) destacam que a forte investida oficial para a eliminação desses espaços esbarrou na resistência de moradores.

Após duas décadas de incertezas, alguns anteriores acampamentos de obras conseguiram se estabelecer, como a Candangolândia, a Metropolitana e o Paranoá, fixados ao longo dos anos 1980. Em seguida, ao longo dos anos 1990, algumas construções em madeira existentes nesses conjuntos foram reconhecidas como patrimônio pelo Distrito Federal: a Igreja São Geraldo no Paranoá em 1993, o Centro de Ensino Metropolitana em 1995 e a Igreja São José Operário na Candangolândia, em 1998. Precedendo tanto esses tombamentos quanto a fixação dos acampamentos de obras mencionados, houve o tombamento dos remanescentes do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), em 1985. O HJKO foi um hospital de campanha que funcionou durante a construção de Brasília e que, após ter sido desativado e abandonado, havia se tornado moradia irregular.

Além do patrimônio relativo a anteriores acampamentos de obras, os núcleos satélites planejados de Taguatinga e de Ceilândia também possuem bens tombados. Em 1989 foi tombado o Relógio de Taguatinga, em 2013 a Caixa d'água da Ceilândia e, por fim, em 2014, realizou-se o tombamento da Escola Industrial de Taguatinga (EIT).

A criação de núcleos satélites em Brasília antecede a própria inauguração da cidade, pois ainda em 1958 foi implantada Taguatinga, a 20km do núcleo central, para abrigar parte da população de migrantes que se estabeleciam em áreas irregulares. Taguatinga tornou-se parte de um modelo de expansão urbana de Brasília que predominou até meados da década de 1970, que conforme destaca Aldo Paviani (2010), foi marcado pela criação de núcleos satélites planejados e distantes do Plano Piloto, em uma “urbanização polinucleada”. Já Ceilândia foi inaugurada em 1971 a partir da transferência de pessoas de áreas próximas ao

Plano Piloto, o que, conforme Jusselma Brito, “coroou mais de uma década de política de remoção de invasões, conduta que, de fato, modelou a urbanização desde o início oficial da construção de Brasília”. (BRITO, 2009, p. 137). Nesse sentido, e conforme ressalta Nair Bicalho de Sousa (1983), a pobreza, a segregação social e a luta por melhores condições de vida existem na cidade desde seu início.

Com relação ao discurso de tombamento que predomina em dossiês, percebe-se um esforço em recuperar a memória relativa aos trabalhadores da construção de Brasília, seja ela representativa de anteriores acampamentos de obras ou de núcleos satélites implantados a certa distância do núcleo central. Em que pese a dura situação a qual os operários de Brasília eram submetidos, sem amparo de leis trabalhistas e negligenciando-se acidentes de trabalho, o Governo JK se esforçou em construir uma imagem gloriosa desse trabalhador, o “candango”, para consagrar uma imagem positiva da construção da capital. A pesquisadora Luísa Videsott (2009) analisa o modo como o discurso emanado de órgãos do governo, na década de 1950, foi eficiente ao associar a Brasília imagens positivas, como progresso e desenvolvimento do país, e os trabalhadores migrantes eram retratados como heróis anônimos e parceiros do então presidente. Os tombamentos referentes a anteriores acampamentos de obras buscaram reforçar o papel desses trabalhadores para a consolidação de Brasília, recuperando a imagem de sacrifício e heroísmo que lhes foi atribuída.

O HJKO foi tombado graças a reivindicações da população que habitava irregularmente o local, em parte composta por ex-funcionários do hospital. O seu dossiê, de modo recorrente, lança mão da estratégia de atribuir ao antigo hospital e seus moradores valores associados ao seu papel ao longo da construção de Brasília. Isso se mostra na *Ação Popular*, documento que impediu a demolição do conjunto e que recupera o ideário da mudança da capital, reforçando sua importância para todo o país. Para tanto, apoia-se fortemente no protagonismo de Juscelino Kubitschek e outros personagens, pois conforme o documento, anexado ao dossiê do HJKO,

[o] saudoso e inesquecível Juscelino Kubitschek de Oliveira, inspirado na profecia de Dom Bosco, dando cumprimento à promessa feita em Jataí, no seu primeiro comício como candidato à presidência da república, ao lado de Israel Pinheiro, Bernardo Sayão e tantos outros brasileiros, principiava a mais espetacular obra arquitetônica do século: a mudança da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central. (DISTRITO FEDERAL, 1985, s/p)

O documento faz uma descrição idealizada do ex-presidente, retratando-o como “saudoso e inesquecível”. Além disso, a recuperação de uma origem profética associada a Brasília reforça a ideia de obstinação do então presidente no cumprimento da tarefa da transferência da capital. O mesmo documento insere nesse universo os trabalhadores, indicando que “em diversas frentes de trabalho os candangos davam os primeiros passos para construir os andaimes embaixadores da grande obra” (DISTRITO FEDERAL, 1985, s/p).

Em seguida, reforça os sacrifícios aos quais foram submetidos os operários e aponta como o HJKO havia sido testemunha de um processo marcado não apenas por provações e dificuldades, mas também por esperança e realizações:

[n]este Hospital JK nasceram os primeiros brasilienses e morreram os primeiros candangos, cujo sangue foi dado em holocausto àquela geração emergente de uma nova era. Além disso, foi ali que os candangos feridos em acidentes no trabalho receberam socorros e puderam tornar aos andaimes da construção, animados por um sonho lépido, às vezes, transformado em choro fúnebre. (DISTRITO FEDERAL, 1985, s/p)

O texto traz à luz as dualidades de Brasília com relação ao ideário da construção da cidade, pois exalta tanto o “sonho lépido” quanto o “choro fúnebre” como parte da experiência dos denominados candangos. Esse discurso deu sentido à noção de que, apesar do sacrifício da classe trabalhadora, Brasília seria um sonho compartilhado entre todos os participantes da sua construção, desde o ex-presidente ao humilde construtor.

Um ponto importante no processo de tombamento do HJKO foram as divergências entre a comunidade interessada e a Secretaria de Cultural do DF acerca dos futuros usos do conjunto, que se encontrava em processo de deterioração. O modo como essas questões se apresentam no dossiê indica que o tombamento acabou por silenciar conflitos de interesses. Para o pesquisador Antônio Augusto Arantes (2006), a prática da preservação não apenas legitima sentidos socialmente atribuídos a um bem, mas também põe em prática critérios e concepções definidas por técnicos e especialistas. Consequentemente, conforme o autor, “as decisões das instituições de preservação podem estar em desacordo – e não raramente estão – com os valores vigentes locais” (ARANTES, 2006, p. 427).

Nesse aspecto o texto da *Ação Popular*, representativa dos anseios da comunidade, indica que o hospital “poderá e haverá de ser restaurado, e instalado um Posto de Saúde para atender a comunidade das imediações” (DISTRITO

FEDERAL, 1985, s/p). A instalação de um posto de saúde no local estaria diretamente relacionada ao uso original do hospital, e indica o anseio de pelo menos uma parte da população pela implementação de serviços públicos, já que os moradores foram removidos para a Candangolândia, recém-inaugurada, no final de 1984. O processo institucional, contudo, privilegiou o potencial turístico do HJKO, que se tornou o Museu Vivo da Memória Candanga em 1990. Conforme um documento intitulado *Localização*, “sua localização [a do HJKO] na entrada de Brasília, exatamente na confluência das duas principais rodovias de acesso à cidade (Belo Horizonte/Rio e Goiânia/São Paulo), em muito contribui para seu potencial turístico” (DISTRITO FEDERAL, 1985, s/p). O governo local, assim, traçou novos planos com relação aos futuros usos do HJKO que divergiam dos interesses de uma parte da população.

O valor simbólico do operário de Brasília consubstanciou-se no acervo do Museu Vivo da Memória Candanga, mas sem necessariamente incluir a vontade da parcela da comunidade interessada com relação aos usos do HJKO. Maria Fernanda Derntl (2019) aponta que a transformação do conjunto em museu, de fato, frustrou parte da comunidade, pois em sua pesquisa com relatos orais, Derntl indica que um dos moradores assinalou que “um hospital teria seria melhor do que um Museu Vivo”, e, similarmente, outro declarou que, embora a população tivesse se empenhado pelo tombamento, deu-se conta, em suas memórias, de que “a gente precisava mesmo que tivessem restaurado o hospital, não aconteceu” (DERNTL, 2019, p. 27). A transformação do HJKO em museu, assim, representou uma derrota para pelo menos uma parte da população, embora os moradores tenham saído vitoriosos na campanha pelo tombamento e na conquista por moradia.

Nos tombamentos relativos a anteriores acampamentos de obras, de modo semelhante ao observado no dossiê do HJKO, a idealização da figura do operário é recorrente. Nota-se, do mesmo modo, uma sintonia com o discurso impulsionado por Juscelino Kubitschek e seus apoiadores, pois as justificativas para os tombamentos buscaram resgatar e valorizar lugares e pessoas pelo seu papel durante a construção de Brasília.

A Igreja São Geraldo no Paranoá, o Centro de Ensino Metropolitana e a Igreja São José Operário da Candangolândia, todas construções tombadas ao longo da década de 1990, estão localizadas em Regiões Administrativas criadas onde antes havia acampamentos de obras, cuja regulamentação ocorreu ao longo dos anos 1980. A permanência desses conjuntos não estava prevista no projeto original da

cidade, conforme vimos. Em que pese as tensões que marcaram o processo de fixação definitiva de tais núcleos, um discurso recorrente em dossiês de tombamento assinala a proeminência de governantes em dotá-los de infraestrutura, privilegiando-se o bem-estar da população.

Nesse sentido, por vezes os problemas enfrentados pelos moradores apareceram como casualidades ou como parte do sonho de construir Brasília. O documento *Histórico*, do dossiê da Igreja São José Operário, por exemplo, embora aponte as proibições de levar a família dos operários para o acampamento, indica como isso levou à formação de uma conexão entre eles e o lugar, a partir da qual teria surgido a necessidade da construção da igreja. Conforme o texto,

[c]om o passar do tempo, as pessoas que vieram para trabalhar começaram a criar um vínculo com o lugar. Como eles não podiam trazer suas famílias, pois a intenção era que eles fossem embora para suas terras após a construção, aumentou a necessidade de se construir uma espécie de centro comunitário, um ponto de encontro e união entre eles. (DISTRITO FEDERAL, 1998, s/d)

A ideia de Brasília como um sonho compartilhado entre os migrantes ali instalados aparece no mesmo documento, indicando que se estabeleciam no local

devido às facilidades para se abrir negócios e arrumar empregos, e ao sonho de participar da construção da nova capital. Movidos por esse sonho os “candangos” não paravam de chegar, e devido ao crescimento populacional e ao desenvolvimento necessário, o acampamento logo virou uma vila, conhecida como Vila Operária. (DISTRITO FEDERAL, 1998, s/d)

Os trechos citados levam a ver que a Candangolândia, apesar de ter sido planejada para ser temporária, foi sendo aos poucos equipada e melhorada, e novos serviços foram sendo implantados para suprir necessidades de acolhimento dos trabalhadores.

O documento reforça a atuação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, a Novacap, na efetivação desses serviços, indicando que os governantes estariam se empenhando em dar suporte à população. Uma dessas necessidades, conforme o documento, foi a construção de uma igreja. Isso se mostra quando o documento *Histórico* relata que as missas, inicialmente, eram realizadas em pátios ou locais improvisados pelo Padre Primo Seussolino, identificado como o primeiro sacerdote contratado pela Novacap. Contudo, o documento sugere que o improvisado foi cedendo lugar a outras formas de ocupação do espaço, pois “a população

solicitou ao Padre Primo a construção de uma igreja, a capela Nossa Senhora Aparecida, que funcionou no atual Setor de Postos e Motéis, durante dois anos e meio” (DISTRITO FEDERAL, 1998, s/d). O Padre Primo teria intermediado a relação entre a população e a companhia para a construção dessa primeira igreja, que não era a São José Operário ainda.

A atuação da Novacap em proporcionar um espaço para o convívio entre moradores, atendendo a suas demandas, aparece novamente no mesmo texto, ao relatar que essa primeira igreja, a Nossa Senhora Aparecida, teria sido desativada, e então “novamente a população se mobilizou e solicitou, através de um abaixo-assinado à Novacap, que eles cedessem um novo espaço para construção de uma nova igreja, a São José Operário” (DISTRITO FEDERAL, 1998, s/d). O registro sugere que a Novacap e o Padre Primo teriam sido importantes por permitir que um espaço marcado pela provisoriidade fosse dotado de um elemento formador de uma comunidade, uma igreja, atendendo aos anseios dos moradores.

A descrição da formação da Metropolitana também veicula uma narrativa elogiosa à atuação da Novacap, que se mostra em um documento anexado ao dossiê de tombamento da Igreja São José Operário. O documento, intitulado *Campanha para recuperação das igrejas remanescentes dos Acampamentos Pioneiros*, foi elaborado pela Secretaria de Cultura do DF a fim de justificar a reforma de quatro igrejas de madeira remanescentes de acampamentos de obras do período inicial da construção de Brasília, além da São José Operário, a Nossa Senhora da Metropolitana no Núcleo Bandeirante, a São Geraldo no Paranoá e a Nossa Senhora do Rosário da Pompéia, na Vila Planalto. O documento traz o depoimento de dona Raimunda, identificada como moradora da Metropolitana, e que em tom de aprovação relata que “logo que começou, aqui tinha de tudo! Almojarifado, Posto de Saúde, farmácia e supermercado. A escola funcionava desde 59, e tinha muitas famílias morando aqui” (DISTRITO FEDERAL, 1998, s/d). O relato transparece a noção de que o período da construção de Brasília teria sido caracterizado por uma ampla oferta de serviços para os moradores, reforçando o papel dos governantes em aparelhar esses núcleos provisórios.

Contudo, o relato de dona Raimunda nos remete também à ideia de que havia serviços diferentes consoante a classe social. Isso se evidencia pela indicação, em seu relato, de que existiam “muitas famílias” na Metropolitana, e provavelmente se tratava das famílias de funcionários mais graduados, e não de operários. Sandra Zarur (1991), em análise sobre as diferenças sociais durante a construção de

Brasília, aponta que os funcionários mais graduados da Novacap, ao contrário dos operários, “conseguiram algumas regalias, como clubes, escolas e serviços, que eram requisitos para que pudessem permanecer no emprego e, ao mesmo tempo, assegurar conforto às suas famílias” (ZARUR, 1991, p. 89). O discurso de dossiês, conforme vimos, tende a exaltar a atuação de governantes em dotar esses espaços de equipamentos para beneficiar a comunidade de trabalhadores como um todo.

O discurso do dossiê do Centro de Ensino Metropolitana sugere, ainda, que após a inauguração de Brasília, a comunidade da Metropolitana permaneceu no local, beneficiando-se da estrutura que havia sido fornecida pela Novacap. Ao longo dos anos, conforme um parecer anexado ao dossiê da escola, a população acabou por estabelecer um vínculo com o Centro de Ensino Metropolitana, sugerindo que o local teria importância histórica, pois

[a] comunidade da Metropolitana reconhece na Escola, além do seu valor histórico e social, o valor sentimental, constituindo-se num importante referencial para a memória de seus moradores e devendo, portanto, ser preservada e valorizada como a primeira escola construída naquele núcleo pioneiro à época da construção de Brasília. (DISTRITO FEDERAL, 1995)

Também de acordo com esse trecho, a comunidade da Metropolitana teria sido formada por um conjunto de moradores que partilhavam uma história e uma memória em comum, relacionada à formação do acampamento e à continuidade de seus marcos significativos. Esse discurso tende a delimitar os sujeitos do patrimônio cultural e, ao legitimar o tombamento, reforça que o núcleo seria formado por uma comunidade de “pioneiros”. O tombamento do espaço, assim, sugere a valorização da trajetória de uma comunidade homogênea, identificada como pioneira, que teria se estabelecido ali e construído laços afetivos com edifícios representativos do núcleo.

Enquanto isso, os dossiês de tombamento de construções localizadas nos núcleos planejados de Taguatinga (Relógio de Taguatinga e Centro de Ensino EIT) e de Ceilândia (Caixa d'água da Ceilândia) priorizam o protagonismo dos trabalhadores na luta por melhores condições, lançando mão de termos como “abandonados à própria sorte” e “conquista do espaço”. Os dossiês, de modo recorrente, apontam como a história desses núcleos satélites teria sido permeada por um movimento de luta e resistência de moradores, ressaltando suas conquistas.

No caso do dossiê da EIT, a documentação ressalta a luta popular para que a escola servisse aos interesses da população, e não aos dos governantes. O documento *Porque tomar a EIT* – escrito em primeira pessoa, reforçando o caráter representativo do texto – assinala que, apesar de a escola ter sido criada para formar novos operários,

Taguatinga não ficou restrita a interesses burgueses. Nossa história tem lutas, e uma das vitórias da cidade foi transformar essas duas oficinas [artes gráficas e marcenaria] em Teatro e Biblioteca (...). Queremos também pesquisar, registrar e expor a história das lutas da cidade. Para que todos saibam quem são os operários que construíram Brasília e saibam também que, ao mesmo tempo em que trabalhamos para os ricos, fizemos outra cidade para viver com nossas famílias. (DISTRITO FEDERAL, 2014, s/d)

A narrativa de que os operários teriam transformado a escola para atender aos seus interesses convive com outra, a de que a EIT teria sido fundamental para formar artífices da obra monumental da construção de Brasília. Ainda conforme o mesmo documento, a escola

contribuiu muito para a formação de mão-de-obra absorvida durante o período da construção da capital. Com o seu tombamento, queremos registrar que, além de Juscelino, Niemeyer e Lucio Costa, trabalharam na construção de Brasília Raimundos, Josés, Antônio, muitos deles consumidos em canteiros de obras. (DISTRITO FEDERAL, 2014, s/d)

270

A ideia do sacrifício da classe operária está presente no documento, pois muitos dos trabalhadores teriam sido “consumidos em canteiros de obras”. Isso nos remete à imagem idealizada do *candango* como herói anônimo de Brasília que foi impulsionada por Juscelino Kubitschek e seus apoiadores. Como vimos, o heroísmo e o sofrimento da classe trabalhadora foram também um importante recurso discursivo para justificar o tombamento do HJKO, em 1985. No entanto, ao apontar também as desigualdades sociais em Brasília cingida entre, de um lado, “ricos” e “burgueses” e, de outro, “operários”, o documento introduz uma dimensão crítica que não estava presente nos discursos emanados de protagonistas da construção.

Já o dossiê de tombamento da Caixa d’Água da Ceilândia, de modo recorrente, retoma o processo de criação do núcleo para traçar a imagem de um “início difícil”. A Caixa d’Água, nesse discurso, aparece como símbolo da superação

das dificuldades iniciais relativas à falta de infraestrutura, pois, conforme um parecer da Secretaria de Cultura do DF:

[a] cidade de Ceilândia foi fundada em 27 de março de 1971, a partir da Campanha de Erradicação das Invasões (CEI), que tinha como objetivo dar fim ao favelamento no Distrito Federal (...). Começo difícil para os moradores, sem água, iluminação pública, asfalto e com transporte público precário. Na tentativa de se resolver um dos problemas básicos da cidade – a falta de água – constrói-se a Caixa d'Água de Ceilândia. (DISTRITO FEDERAL, 2013, s/d)

Em seguida, constrói-se uma narrativa centrada no modo como a população teria superado os problemas e, em paralelo, reconhecido naquele equipamento público um símbolo dessa superação. Conforme o mesmo Parecer, “mais que um patrimônio edificado, a Caixa d'Água tornou-se um patrimônio sentimental. Símbolo do resgate da autoestima, para os pioneiros que ajudaram a erguer Brasília e que, depois, foram abandonados à própria sorte; a primeira referência de lugar”. (DISTRITO FEDERAL, 2013, s/d). No dossiê, a ideia de que os construtores de Brasília teriam sido abandonados à própria sorte remete não apenas ao modo como se deu a transferência da população para a Ceilândia, mas também reforça a infraestrutura precária que prevaleceu nos primórdios do núcleo. O fato de Ceilândia ter sido inaugurada nesses moldes, conforme lembra Jusselma Brito (2009), representou um grande contraste com a urbanização do Plano Piloto e aprofundou as condições de desigualdade social existentes em Brasília. Assim, percebe-se como o dossiê da Caixa d'Água assimila o discurso da exclusão social ao traçar uma relação entre a experiência operária e suas dificuldades em conquistar um lugar para si.

A imagem das dificuldades iniciais é complementada pela ideia de que a construção de Brasília teria sido representativa da esperança dos trabalhadores por dias melhores. Isso está presente no documento intitulado *Tombamento da Caixa d'Água de Ceilândia*, onde se lê:

[e]m todo o Brasil as notícias sobre a transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para o interior do país atraíram milhares de trabalhadores vindos de todos os rincões da Pátria. Muitos brasileiros chegavam em busca de melhores condições de vida, fugindo da seca, da fome e da miséria, perseguindo o sonho de participar da construção da nova capital do Brasil. (DISTRITO FEDERAL, 2013, s/d)

Embora a ideia do início difícil da Ceilândia seja uma tônica no dossiê, o documento anteriormente citado ressalta como os trabalhadores teriam vindo para realizar o “sonho de participar da construção da nova capital”, em um tom que tende a amenizar dificuldades. A equiparação da construção de Brasília a um sonho está em sintonia com o discurso de tombamento de edificações de madeira localizadas em Regiões Administrativas derivadas de anteriores acampamentos de obras, conforme vimos. Entretanto, a memória da construção da nova capital difere consoante o dossiê, pois mobilizam-se situações diferentes com relação à experiência dos trabalhadores. Enquanto as igrejas e a escola de madeira foram descritas em seus dossiês como testemunhas de uma memória relativa à convivência entre operários que haviam construído um lugar para si com o auxílio da Novacap, os trabalhadores removidos para Taguatinga e Ceilândia teriam ficado desamparados. Nesse sentido, termos como “abandono” ou “dificuldades” são mais comuns nos dossiês de construções localizadas em Taguatinga e em Ceilândia, núcleos inaugurados a partir da transferência de pessoas.

Considerações finais

Este trabalho buscou avançar na discussão sobre o patrimônio de Brasília a partir de uma documentação referente a tombamentos realizados para além do Plano Piloto. Ao longo deste texto, verificamos como os dossiês, por meio de diferentes enfoques, inserem os bens em questão no processo de formação de Brasília, apontando a sua contribuição e a de sua comunidade específica. Entre as narrativas construídas, identificamos a recorrência de certos tópicos, como o processo histórico de implantação da cidade, assim como a idealização da memória da construção de Brasília e seus personagens.

A formulação desses discursos recuperou imagens associadas à capital veiculadas desde a época de sua construção, mas buscou sintonizá-las a símbolos e especificidades locais, como o reconhecimento da importância do núcleo-satélite na história da capital, a luta pela instalação de serviços urbanos e a reivindicação por maior visibilidade social. A formulação de discursos de tombamento, contudo, não visou à construção de uma história paralela ou alternativa à oficial, mas complementou e expandiu valores associados a Brasília, inserindo particularidades de cada local nessa narrativa. Percebemos, por exemplo, a valorização dos supostos antecedentes de Brasília e a mobilização da figura do pioneiro ou do candango para

inserir representantes de uma arquitetura local na imagem monumental da nova capital. O discurso de tombamento, em diferentes momentos, coloca em pauta as desigualdades de Brasília por meio da valorização de um patrimônio não monumental, embora se apoiando em imagens associadas à grandiosidade da nova capital.

NOTAS

- ¹. Decretos de tombamento: DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 6.939 de 19 de agosto de 1982*. Dispõe sobre o tombamento provisório do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, Distrito Federal e respectivo mobiliário histórico; DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 6.940 de 19 de agosto de 1982*. Dispõe sobre o tombamento provisório da Igreja de São Sebastião – Planaltina, Distrito Federal; DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 7.010 de 7 de setembro de 1982*. Dispõe sobre o tombamento provisório da Pedra Fundamental do Distrito Federal e seu entorno; DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 9.036 de 13 de novembro de 1985*. Dispõe sobre o tombamento do conjunto do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO e dá outras providências; DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 11.823 de 18 de setembro de 1989*. Dispõe sobre o Tombamento do Relógio da Praça Central de Taguatinga, e dá outras providências; DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 15.156 de 27 de outubro de 1993*. Dispõe sobre o tombamento da Igreja São Geraldo, e dá outras providências; DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 16.744, de 12 de setembro de 1995*. Dispõe sobre o tombamento do Centro de Ensino de 1º Grau Metropolitana, antiga Escola Classe Metropolitana, e dá outras providências; DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 19.960, de 29 de dezembro de 1998*. Dispõe sobre o tombamento da Igreja São José Operário, e dá outras providências; DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 26.660, de 21 de março de 2006*. Dispõe sobre o tombamento da Casa da Fazenda Gama e dá outras providências; DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 34.845, de 18 de novembro de 2013*. Dispõe sobre o tombamento do Reservatório Elevado de Ceilândia, conhecido como Caixa D'Água da Ceilândia, e dá outras providências; DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 35.483, de 30 de maio de 2014*. Dispõe sobre o tombamento do Centro de Ensino Médio EIT/CEMEIT e do Centro Cultural Teatro da Praça, e dá outras providências.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antônio Augusto. O Patrimônio Cultural e seus usos: a dimensão urbana. *Revista Habitus*, v. 4, n. 1, p. 425-435, 2006.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 23-80.
- BRITO, Jusselma Duarte de. *De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília*. Brasília, 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília.
- CAVALCANTI, Lauro. Brasília: a construção de um exemplo. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Anos JK: Margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa Lúcio Costa, 2002.

DERNTL, Maria Fernanda. Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 1, p. 11-34, 2019

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Cultura e Esporte. 594-T-1959. Brasília: Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Cultura e Esporte. Processo nº 147.000.594/98. Brasília: Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Cultura e Esporte. Processo nº 150.000.370/1995. Brasília: Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1995.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Cultura e Esporte. Processo nº 13.553/1983. Brasília: Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Cultura e Esporte. Processo nº 125.274/81. Brasília: Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982c.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Cultura e Esporte. Processo nº 320.644/73. Brasília: Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982b.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Cultura e Esporte. Processo nº 321.013/73. Brasília, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1982a.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Cultura e Esporte. Processo nº 150.001.907/2005. Brasília: Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 2006.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Cultura e Esporte. Processo nº 150.000.781/2011. Brasília: Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2013.

274

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Cultura e Esporte. Processo nº 150.002.262/2006. Brasília: Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SUPHAC), 2014.

EPSTEIN, David. *Brasília: plan and reality – a study of planned and spontaneous urban development*. Los Angeles: University of California Press, 1973.

FICHER, Sylvia. Brasília: legislação patrimonial e gestão urbana. *Thesis*, v. 5, p. 275-294, 2018.

GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 2002.

MOREIRA DA SILVA, Antônio. *Brasília e sua história*. Goiânia: Cidade Gráfica Editora, 2010.

PALAZZO, Pedro Paulo. Planaltina e suas narrativas: cultura, memória e patrimônio em publicações locais desde o século XX. *Historiae*, v. 6, p. 360-382, 2015.

PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária. In: PAVIANI, Aldo (org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, p. 83-116.

PERPÉTUO, Thiago Pereira. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília*. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

RAMOS, Karina Felix. *A preservação de Brasília: reflexos da formação do conceito de patrimônio cultural*. Brasília, 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília.

REIS, Carlos Madson. Conjunto urbanístico de Brasília: preservação à la carte. *Thesis*, v. 5, p. 254-274, 2018.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. *Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2005.

SANDES, Noé Freire; MAGALHÃES, Luiz Ricardo. Sertão planaltino na perspectiva dos lugares, nomes e acontecimentos em um tempo marcado pela presença da nova capital. *Territórios e Fronteiras*, v. 10, 2017.

SOUSA, Nair Bicalho de. *Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Petrópolis: Vozes, 1983.

VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Tradução de Florence Marie Dravet. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

VIDESOTT, Luísa. *Narrativas da construção de Brasília: mídia, fotografias, projetos e história*. São Carlos, 2009. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

ZARUR, Sandra Beatriz Barbosa. *A sobrevivência da Vila Planalto: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília*. Brasília, 1991. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília.

Daniela Pereira Barbosa é Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Mestra e Graduada em Design pela Universidade de Brasília (UnB). Docente voluntária no Departamento de Design da UnB e Consultora em Design de Interfaces no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Maria Fernanda Derntl é Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Mestra e Doutora em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP).

Como citar:

BARBOSA, Daniela Pereira; DERNTL, Maria Fernanda. O patrimônio de Brasília para além do Plano Piloto: documentação e valores de preservação. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 18, n. 1, p. 251-275, jan./jun. 2022. Disponível em: pem.assis.unesp.br.